

Alessandra Soares Muniz Gomes¹
Patrícia de Oliveira Lima¹
Luciana de Sousa Santos Costa¹

¹Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Brasil.

RESUMO

Introdução: O 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é uma data mundialmente lembrada como momento oportuno de reflexão e discussão sobre inúmeras desigualdades ainda vivenciadas pelas mulheres, que impactam a saúde dessa parcela da população. **Objetivo:** Apresentar ações desenvolvidas por um grupo de trabalho multiprofissional de um hospital universitário e os resultados alcançados. **Relato de Experiência:** Desde 2022, o hospital institucionalizou a comemoração do 8 de março, como uma data para ações e atividades informativas, orientativas e de acolhimento junto a colaboradores e usuários. Em 2023, foram escolhidos dois temas centrais para discussão: Trabalho/Família e Violência contra a Mulher. Dessa forma, foram promovidas rodas de conversa com trabalhadores em visita aos setores e salas de espera com usuários, norteadas por materiais didáticos confeccionados sobre os dois temas. Também houve panfletagem e apresentação musical no dia 8 de março, além de capacitação oferecida aos profissionais de saúde da instituição, abordando a relação entre corpo feminino e peculiaridades no atendimento à saúde. **Conclusão:** Durante as ações desenvolvidas, as mulheres puderam expressar suas realidades e rotinas, conhecer dados que comprovam desigualdades e leis que garantem direitos. Pode-se destacar, como resultado alcançado, a discussão das questões históricas e culturais de menosprezo à mulher como responsáveis por iniquidades, com prejuízos à saúde física e mental feminina. É dever de toda a sociedade combater a violência doméstica/familiar, incluindo como aliadas nessa batalha as instituições de saúde e educação integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Violência contra a Mulher; Sistema Único de Saúde; Equidade.

ABSTRACT

Introduction: March 8th, International Women's Day, is a globally recognized date that serves as an opportune moment for reflection and discussion on numerous inequalities still experienced by women, which impact the health of this segment of the population. **Objective:** To present actions developed by a multidisciplinary working group at a university hospital and the results achieved. **Experience Report:** Since 2022, the hospital has institutionalized the celebration of March 8th as a date for informative, educational, and supportive actions and activities for employees and users. In 2023, two central themes for discussion were chosen: Work/Family and Violence against Women. In this way, discussion sessions were held with employees visiting different departments and waiting rooms with users, guided by educational materials prepared on the two topics. There was also pamphleteering and a musical presentation on March 8th, in addition to training offered to healthcare professionals within the institution, addressing the relationship between the female body and specific healthcare needs. **Conclusion:** During the activities conducted, women were able to express their realities and routines, learn about data confirming inequalities and laws guaranteeing rights. One noteworthy result achieved was the discussion of historical and cultural factors contributing to the belittlement of women as responsible for inequities, with consequences for women's physical and mental health. It is the duty of society as a whole to combat domestic/family violence, with healthcare and educational institutions within the Unified Health System of Brazil serving as allies in this battle.

Key-words: Women's Health; Violence Against Women; Unified Health System; Equity.

✉ **Alessandra Gomes**

Av. Eugênio do Nascimento, s/n, Dom Bosco, Juiz de Fora, Minas Gerais
CEP: 36038-330

✉ alessandra.muniz@ebserh.gov.br

Submetido: 05/10/2023

Aceito: 23/01/2024



INTRODUÇÃO

A data 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é lembrada em todo o mundo como um momento oportuno de reflexão e discussão sobre inúmeras desigualdades ainda vivenciadas pelas mulheres, que impactam a saúde física e mental da população feminina, trazendo reflexos para toda a sociedade. No Brasil, movimentos de mulheres, meios de comunicação, instituições de saúde e educação têm a data como uma oportunidade de denunciar problemas, como diferenças salariais, sub-representação nos espaços de poder/decisão e violência de gênero.¹

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como meta atingir até 2030 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo o objetivo 5º “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.² Ainda nessa perspectiva, a equidade, entendida como tratar de forma desigual os desiguais, é um ponto norteador do Sistema Único de Saúde (SUS), e as mulheres estão inseridas neste contexto de desigualdades na saúde.³ Sabe-se que diferentes determinantes sociais, como habitação, raça, classe social e gênero, impactam a saúde dessa população. Nesse sentido, a equidade, sob a perspectiva da mulher, envolve avaliar os impactos que a sobrecarga de trabalho acarreta, com acúmulo de tarefas domésticas e profissionais, a própria vivência biológica da maternidade e seus cuidados, o menor acesso às riquezas e decisões políticas.^{2,3}

Já a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006),⁴ em seu artigo 8º, prevê, como medida integrada de prevenção entre as diversas instâncias da sociedade, “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres”.⁴

Sob essa perspectiva, desde 2022, o 8 de março passou a ser uma data institucionalizada no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Durante todo o mês, são promovidas ações de informação, orientação, diálogo, conscientização, acolhimento e capacitação, dirigidas ao público interno (trabalhadoras/trabalhadores, professoras/professores, residentes, alunas/alunos, usuárias/usuários).

Enquanto instituição de ensino, pesquisa, extensão e assistência, a instituição pretende contribuir com essa discussão, atentando-se aos ODS da ONU, aos princípios do SUS e à Lei Maria da Penha. Assim, o presente artigo tem o objetivo de apresentar ações desenvolvidas por um grupo de trabalho (GT) multiprofissional no HU-UFJF e os resultados alcançados.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Com o intuito de organizar e colocar em prática as ações do mês da mulher no HU-UFJF, instituiu-se o Grupo de Trabalho (GT) Campanha 8 de Março, a partir da Portaria-SEI nº 75/2023, de 06 de fevereiro de 2023. O grupo contou com profissionais de diversas áreas de atuação das três unidades do HU-UFJF: Santa Catarina, Dom Bosco e Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Foram 22 profissionais integrantes, dentre eles: jornalista, assistente administrativo, enfermeiras, técnicas de enfermagem, advogada, médica, psicóloga, fisioterapeuta, assistente social, bibliotecária, e representantes da Ouvidoria e da Auditoria Interna. O Grupo de Trabalho englobou profissionais da Superintendência, Gerência de Ensino e Pesquisa, Gerência Administrativa e Gerência de Atenção à Saúde.⁵

A Unidade de Comunicação Regional 24 coordenou as ações em parceria com a Unidade de Saúde da Mulher e apresentou um cronograma, junto com artes para cartazes, *banner* no site e descanso de tela para computadores. Também foi confeccionada uma arte para camisa, com a frase “É preciso estar atenta e forte”, oferecida ao grupo e demais pessoas interessadas em adquirir para uso durante o mês de março. As propostas foram apresentadas ao grupo em uma primeira reunião no dia 15 de fevereiro de 2023.

Entre as ações da campanha estavam a realização de rodas de conversa com trabalhadoras/trabalhadores e salas de espera com usuárias/usuários sobre dois temas: Trabalho/Família e Violência contra a Mulher. Foram elaborados materiais didáticos sobre os dois assuntos (Figuras 1 e 2), com dados atualizados, para servir de apoio às equipes do GT durante as apresentações. As integrantes se dividiram em grupos menores e definiram os setores em que poderiam atuar.

No dia 8 de março, houve panfletagem na entrada da Unidade Santa Catarina do HU-UFJF, logo no início da manhã, quando foram distribuídos parte dos 900 panfletos elaborados com dados sobre violência contra a mulher e desigualdade nas tarefas dos cuidados e no mercado de trabalho. A partir das 10h, o Coral Renovart, da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra (Acispes), apresentou-se na entrada do Ambulatório da Unidade Dom Bosco, sendo um momento lúdico e de descontração, com um repertório composto por alguns clássicos da música popular brasileira, a exemplo de “Maria, Maria” e “Olhos nos Olhos”. A panfletagem nas entradas e dependências internas das três unidades teve continuidade durante todo o dia.

Ainda no dia 08 de março, foi publicada uma matéria sobre a importância da data, juntamente com a programação do mês no site do HU-UFJF, replicada no site da Universidade Federal de Juiz de Fora: “HU inicia ações referentes ao mês da mulher” (<https://>

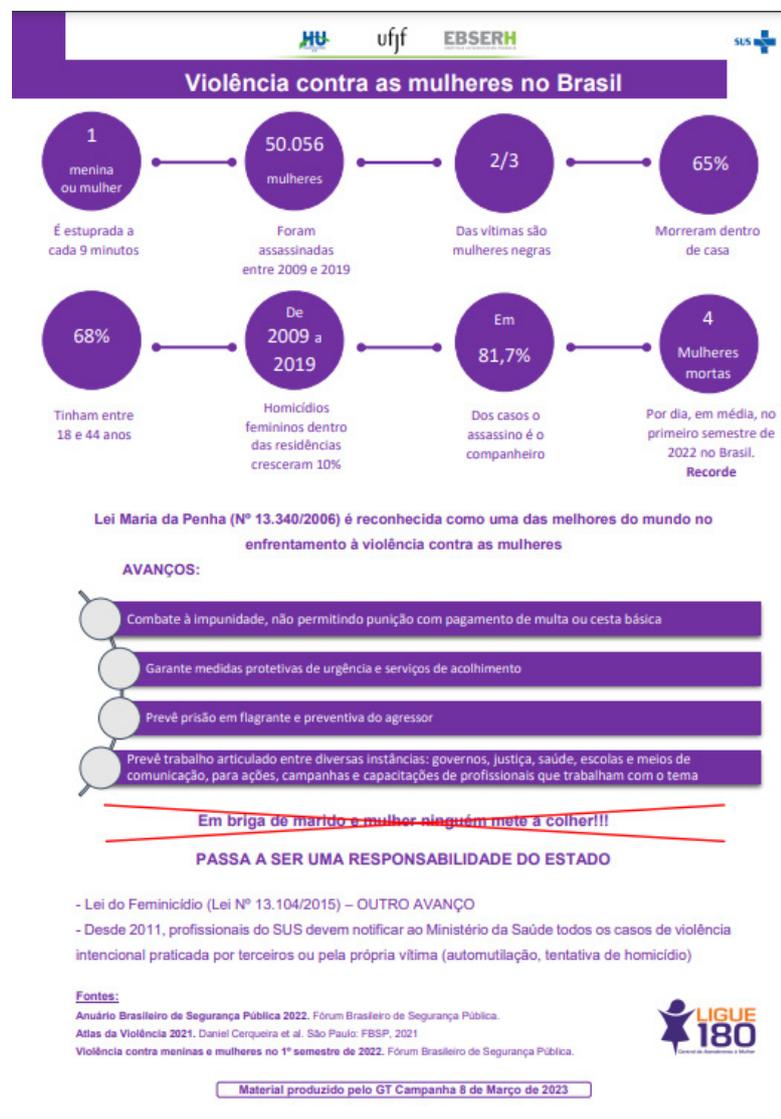


Figura 1: Material didático sobre violência contra as mulheres no Brasil.¹⁰⁻¹²

www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/comunicacao/noticias/2023/hu-inicia-acoes-referentes-ao-mes-da-mulher) e “HU inicia ações referentes ao mês da mulher (<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/08/hu-inicia-acoes-referentes-ao-mes-da-mulher/>).

No dia 10 de março, houve uma capacitação com as integrantes do GT, no Miniauditório da Unidade Dom Bosco, de 13h30 às 16h. Cada uma se apresentou e contou qual a expectativa para os trabalhos durante o mês, sendo um momento de compartilhar experiências e vivências, contando também com a presença de uma advogada e socióloga atuante em trabalhos com mulheres vítimas de violência. Foi exibida uma entrevista da mulher que dá nome à lei de combate à violência doméstica e familiar no Brasil, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, e ao final houve um café de confraternização. O encontro contou com a presença de 15 pessoas.

As rodas de conversa tiveram início na semana posterior e aconteceram entre os dias 13 e 31 de março. As integrantes do GT foram aos setores conversar com as trabalhadoras/trabalhadores de todos os vínculos, professoras/professores, residentes e alunas/alunos. As ações foram registradas com fotos e listas de presença de ouvintes e instrutoras. No mesmo período, profissionais realizaram salas de espera nos ambulatórios da Unidade Dom Bosco, rodas de conversa com usuárias/usuários e acompanhantes na Unidade Santa Catarina e no Caps.

Sob a orientação e supervisão de uma professora da Faculdade de Medicina da UFJF, alunas da Liga de Ginecologia e Obstetrícia também participaram da Campanha 8 de Março, com a ação “Por que nunca me contaram isso antes?”, realizada junto às pacientes. Estas foram convidadas a responderem se eram mito ou verdade algumas informações sobre saúde da mulher.

A campanha atingiu diretamente um total de 780 pessoas. Considerando as rodas de conversa e as

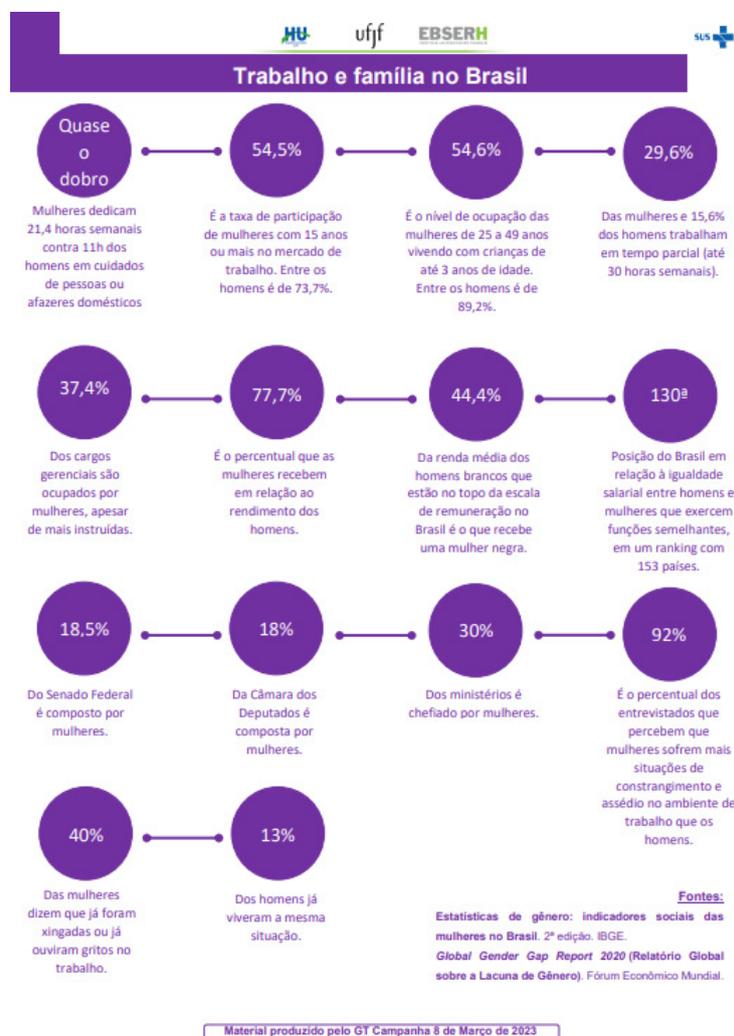


Figura 2: Material didático sobre trabalho e família no Brasil.^{8,14}

salas de espera, foram:

- 41 rodas de conversa com trabalhadores (totalizando 330 pessoas);
- 4 rodas de conversa usuários Caps (totalizando 50 pessoas);
- 12 salas de espera nos ambulatórios (totalizando 400 pessoas).

Por fim, no dia 29 de março, foi realizado o Seminário “Peculiaridades do corpo da mulher no atendimento à saúde”, com carga horária de 3 horas, ministrado por três profissionais do GT. O objetivo foi capacitar profissionais de saúde quanto às especificidades do corpo da mulher, abordando questões culturais e historicamente construídas e suas interfaces no atendimento recebido na contemporaneidade. O público-alvo foram equipes assistenciais e administrativas, residentes estudantes e público externo. O conteúdo programático envolveu introdução (O corpo da mulher visto através da história, mitos e preconceitos) e o tema da violência obstétrica (Violências contra a mulher: o que é dito e o que é velado). A capacitação

aconteceu na Unidade Santa Catarina e contou com a presença de 21 pessoas inscritas, sendo certificada pela Unidade de Desenvolvimento de Pessoas (UDP).

Baseados em todas as ações citadas acima, os resultados obtidos pelas equipes mostraram relatos coincidentes com os dados apresentados nos materiais de apoio. Observaram-se, nas falas, desigualdades nas divisões das tarefas domésticas e de cuidados, os estresses vividos em função disso, com mulheres sobrecarregadas, recorrendo inclusive a tratamentos psiquiátricos, remédios e terapias, para darem conta da dupla jornada de trabalho sem compartilhamento de cônjuges, dos filhos e do Estado.

Sobre o tema violência doméstica e familiar, foram muitos relatos de casos conhecidos, de amigas, parentes, vizinhas, e das próprias participantes. Citaram-se violência psicológica, física e sexual, relatos de bons e maus atendimentos nos serviços especializados, elogios à Lei Maria da Penha, embora a maioria tenha mostrado pouco conhecimento sobre a lei e os tipos de violência descritos por ela. Interessante ressaltar que as mulheres ficaram muito à vontade para contarem

suas experiências e relatos de violência, relatos também masculinos, experiências com consequências traumáticas e de desestruturação familiar.

Os momentos mostraram-se oportunos para divulgar a Lei Maria da Penha. Muitas pessoas não conheciam a história da farmacêutica que dá nome à lei, e os avanços trazidos por esta, como não permitir punição com pagamento de multas e cesta básica, e a garantia da prisão em flagrante e preventiva do agressor.

A maioria das rodas e salas de espera se estendeu por meia hora a quarenta minutos. Importante ressaltar que a psicóloga organizacional do HU-UFJF participou de muitas dessas rodas de conversa, contribuindo com a condução da discussão a partir de uma escuta qualificada. Embora o GT tenha tentado abarcar o maior número possível de pessoas, especialmente nas rodas de conversa, existem dificuldades como interromper rotinas de trabalho e acompanhar vários plantões nos diversos setores. Entretanto, no geral, as integrantes foram muito bem recebidas, as conversas muito informativas, elucidativas, com abertura para um diálogo franco, honesto e fraterno de vivências.

DISCUSSÃO

Durante as rodas de conversa e sala de espera, foi possível compreender melhor como diversos tipos de violência impactam a vida das mulheres e como muitas se configuram no conceito de violência simbólica, conforme o conceito do sociólogo Pierre Bourdieu.⁶ Segundo o autor, a violência simbólica é um tipo de violência suave, insensível e invisível às suas próprias vítimas.⁶ Ao contrário do que se tentou afirmar, a estrutura patriarcal não é invariável e eterna, é “produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução para o qual contribuem agentes específicos [...]”, como os homens com suas armas a exemplo da violência física e simbólica, e instituições, incluindo famílias, Igreja, Escola e Estado.⁶ Na família, impõe-se precocemente a experiência da divisão sexual do trabalho. A Igreja está marcada pelo antifeminismo e pela ideia da inata inferioridade da mulher, como já descrito.⁶ A Escola continua a separar meninas e meninos, a ressaltar hierarquias adultos/crianças, além de influenciar no aprendizado de disciplinas mais “duras” ou mais “moles” respectivamente para meninos e meninas.⁶ Por último, o Estado reforça as prescrições do patriarcado privado. Para os ministérios financeiros e administrativos, homens, com sua mão paternalista. Para os ministérios sociais, as mulheres, como responsáveis e principais destinatárias dos serviços.⁶

Abordou-se nas rodas de conversa como a violência faz parte da vida da mulher, desde pequenos abusos até o feminicídio, e como essa problemática se relaciona com uma estrutura histórica e cultural do patriarcado, entendido como “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”.⁷ Tal organização

atribui maior valor social às atividades tidas como masculinas em detrimento das femininas, legitimando controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia das mulheres, estabelecendo papéis sexuais, políticos e sociais rígidos.⁷ Trata-se de uma estrutura patriarcal que representa um trabalho incessante de reprodução que conta com as instituições para acontecer.⁷

Os números apresentados nas ações mostram esses tipos de violência, a exemplo do fato das mulheres dedicarem quase o dobro de tempo que os homens aos afazeres domésticos e de cuidados.⁸ Embora sejam mais escolarizadas – a taxa de participação no mercado de trabalho é de 54%, frente a 73% dos homens –,⁸ elas ocupam apenas 37% dos cargos gerenciais,⁸ recebem em média 25% menos que os companheiros do sexo masculino e estão subrepresentadas nos espaços da política institucional:⁸ 18% da Câmara Federal, 18,5% do Senado e 30% dos ministérios.⁹

Quanto à violência física, houve um acréscimo de 23 mil novas chamadas de emergência para o número 190 das polícias militares em todo o Brasil solicitando atendimento para casos de violência doméstica entre 2020 e 2021, aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.¹⁰ Os registros de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do sexo feminino apresentaram crescimento de 12,5% no primeiro semestre de 2022 em relação ao primeiro semestre de 2021, totalizando 29.285 vítimas. Uma menina ou mulher é estuprada a cada nove minutos, afirma o documento Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022.¹⁰

No caso de homicídios, quatro mulheres são mortas em média por dia no Brasil, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.¹⁰ Os números mostram crescimento contínuo de feminicídios desde 2019, apontando para a uma necessária e urgente priorização de políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.¹⁰ Entre 2009 e 2019, foram 50.056 assassinatos.¹¹ Como descreve o Fórum de Violência Pública, 2/3 delas são mulheres negras, 65% vitimadas dentro de casa, em plena idade produtiva e reprodutiva (18 a 44 anos, em 68% dos casos) e são assassinadas pelos próprios companheiros (81%).¹²

Apesar de retratar uma realidade ainda muito desigual e violenta, as ações da Campanha 8 de Março destacaram a evolução da situação feminina ao longo dos anos, com a inserção no mercado de trabalho, e consequente maior autonomia, maior escolaridade e acesso aos meios de informação e garantia de direitos sociais, políticos e reprodutivos.⁸

Conforme Beauvoir,¹³ a grande revolução responsável por transformar o destino da mulher, já no século XIX, e abrir uma nova era, foi o desenvolvimento industrial, que precisou do trabalho feminino para se desenvolver. Apesar da exploração constante, de acordo com a autora, a emancipação feminina tornou-se possível pelo trabalho, “[...] é pelo trabalho que a

mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta".¹³

Já Bourdieu considera a educação,⁶ o maior acesso das mulheres à instrução, decisiva na mudança da condição feminina, atrelada à independência econômica e à transformação das estruturas familiares, com famílias mais reduzidas, acesso aos métodos anticoncepcionais e o divórcio, aumentando a presença feminina no espaço público.

CONCLUSÃO

A Campanha 8 de Março representou um momento de intensa troca com as mulheres assim como os homens presentes nas diversas ações desenvolvidas: rodas de conversa, salas de espera, panfletagem, momento musical e capacitação. As trabalhadoras/trabalhadoras, professoras/professores, residentes, estudantes e pacientes em sua maioria envolveram-se na conversa, mostraram gostar da iniciativa. Pediram mais ações do tipo, em alguns casos dizendo que deveriam ser permanentes, no próprio ambiente de trabalho, visto terem pouco tempo na rotina do dia a dia para conversarem, discutirem e refletirem sobre a própria vida, com a possibilidade de dividir vivências com outras mulheres.

Além do interesse em participar e desenvolver ações recorrentes sobre o tema, foi obtido como resultado um acolhimento de todos os envolvidos, escuta, capacitação, educação e promoção de saúde, desenvolvimento de habilidades comunicacionais a partir das falas em público e entrosamento de equipes, mostrando-se também uma interessante iniciativa de comunicação interna, contribuindo para o clima organizacional.

Enquanto instituição pública de ensino, pesquisa, extensão e assistência, o HU-UFJF pode atrelar propostas de ação em defesa dos direitos das mulheres aos princípios de equidade do SUS. Da mesma forma, contribui para o que preconiza a Lei Maria da Penha, ao envolver a sociedade na discussão da violência de gênero, e trabalha dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Entre as limitações, aponta-se a dificuldade das integrantes do GT em disponibilizar tempo para as ações junto aos setores, em função das rotinas de trabalho destas e também dos trabalhadores em recebê-las. Adicionalmente, o HU-UFJF conta com três unidades geograficamente distantes, dificultando o deslocamento. Além disso, não há recurso financeiro específico destinado a esse tipo de ação na instituição, o que poderia auxiliar no desenvolvimento de atividades e materiais de educação em saúde junto ao público-alvo.

Conclui-se que campanhas com intuito de conhecer e discutir as desigualdades de gênero são o primeiro passo para transformar as estruturas responsáveis por reproduzir injustiças históricas, a

exemplo da violência contra as mulheres, que traz tantos prejuízos à saúde das mulheres e à sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Gomes ASM. Meios de comunicação e sub-representação [Dissertação]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora; 2014.
2. Organização das Nações Unidas. Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) [Internet]. Brasília: ONU; ©2023 [citado em 2023 jan. 22]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
3. Ministério da Saúde (BR). Sistema Único de Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; [202-] [citado em 2023 jun. 23]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>.
4. Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. 2006 [citado em 2023 jun. 13]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
5. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (BR). Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora. Portaria-SEI nº 75/2023, de 06 de fevereiro de 2023. Juiz de Fora: Ebserh; 2023.
6. Bourdieu P. A dominação masculina. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2005.
7. Matos M, Cortês I. Mais mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2010.
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BR). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil [Internet]. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. 2021; 38:1-12 [citado em 2023 jun. 9]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
9. Martins L. Mulheres na política ainda são minoria [Internet]. Último Segundo. 2023 [citado em 2023 jul. 23]. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2023-03-08/mulheres-na-politica-ainda-sao-minoria.html>.
10. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BR). Anuário brasileiro de segurança pública 2022 [Internet]. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022; 16:14-513 [citado em 2023 jul.

7]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>.

11. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BR). Atlas da Violência 2021 [Internet]. Brasília: Ipea; 2021 [citado em 2023 jun. 9]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.

12. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022 [Internet]. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022; 2-14 [citado em 2023 jul. 19]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>.

13. Beauvoir S. O segundo sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.

14. World Economic Forum. Committed to Improving the State of the World. Global Gender Gap Report 2020 [Internet]. Cologny: Geneva: World Economic Forum; 2020 [citado em 2023 jan. 13]. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality/>.

15. Fernandes MPM. STJ Cidadão 256: a vida de Maria da Penha [Internet]. Brasília: Superior Tribunal de Justiça; 2014 [citado em 2023 ago. 24]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GBU-nJNlnd0>.